

Análise sobre a tipologia da ordem dos constituintes do dialeto indígena Pykobjê-Gavião (Timbira)

(Analysis on the typology of constituents order in the indigenous dialect Pykobjê-Gavião (Timbira))

Talita Rodrigues da Silva¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

talita.rodrigues.silva@usp.br

Abstract: In this paper we describe and analyse the typology of constituents order in basic sentences of the indigenous dialect Pykobjê-Gavião (Macro-Jê Branch, Jê Family, Timbira Group). To develop it, we discuss contrasting, mainly, three references: Joseph H. Greenberg (1963), Matthew S. Dryer (1992) e Thomas E. Payne (1997). According to Greenberg (1963), we can understand Pykobjê-Gavião as a “head-final” language, which, according to Payne (1997), would be “fairly consistent” but not “very consistent”. Therefore, the model known as BDT (Branching Direction Theory), proposed by Dryer (1992), seems to be the most suitable to deal with Pykobjê-Gavião data, because it indicates that the Timbira dialect is a “left-branching” language.

Keywords: Brazilian indigenous language; Timbira dialect; morphosyntax; typology of constituents order.

Resumo: Neste artigo buscamos descrever e analisar a tipologia da ordem dos constituintes das sentenças básicas encontradas no dialeto indígena Pykobjê-Gavião (Tronco Macro-Jê, Família Jê, Complexo Timbira). Para desenvolver esse estudo, abordaremos, de maneira contrastiva, sobretudo, três referências: Joseph H. Greenberg (1963), Matthew S. Dryer (1992) e Thomas E. Payne (1997). De acordo com Greenberg (1963), podemos entender que o Pykobjê-Gavião corresponde a uma língua de tipo “núcleo final”, que, segundo Payne (1997), seria “razoavelmente consistente”, mas não “muito consistente”. Por isso, o modelo conhecido como BDT (Teoria de Direção da Ramificação), proposto por Dryer (1992), mostra-se mais conveniente para dar conta dos dados do Pykobjê-Gavião, ao situar esse dialeto Timbira como um tipo de língua com “ramificação à esquerda”.

Palavras-chave: língua indígena brasileira; dialeto Timbira; morfossintaxe; tipologia da ordem dos constituintes.

Introdução

Antes de darmos início ao presente estudo linguístico, desejamos situar o dialeto Pykobjê-Gavião em sua comunidade de fala, pois julgamos relevante entender em que contexto social uma língua se manifesta. Por isso, daremos início a este artigo apresentando um pouco sobre o povo Pykobjê-Gavião, falante do dialeto homônimo.

Rodrigues (2002, p. 47) aponta que o Pykobjê (termo designado pelo autor como “Pukobyé”) é uma língua pertencente ao Tronco Macro-Jê, Família Jê (Jê do Norte), além de tratar-se de uma das sete línguas-membro do grande grupo étnico Timbira.¹ Segundo

¹ A denominação Timbira, segundo Nimuendaju (1946, p. 08), é exógena às línguas do Grupo designado, significando “os amarrados” (do Tupi: *ĩ* (amarrar) + *pira* (passivo)), em referência ao hábito de amarrar fitas de palha ou faixas trançadas em algumas partes do corpo, como braço, testa e tornozelo. Contudo, entre si, os Timbira se chamam por *mehẽ*, que significa “minha gente”, “minha carne”.

o autor, as demais línguas Timbira são: Ramkokamekrã (Canela), Apanyekrã (Canela), Krinkatí (Gavião), Krenjé, Parakatejé (Gavião) e Krahô.²

Há estudos que trabalham com a hipótese de que essas línguas são, na verdade, variedades dialetais de uma única língua, diacronicamente afastada, o assim chamado “Proto-Timbira”. Dentre os sete dialetos Timbira, apenas quatro foram objetos de descrição em nível fonológico, morfológico e/ou sintático com o uso de metodologia linguística acadêmica, até o presente momento. São eles: Apãniekrã-Canela (ALVES, 2004), Parkatejé (FERREIRA, 2003), Krahô (SOUZA, 1997) e Pykobjê-Gavião (AMADO, 2004).³ Neste artigo, estamos aceitando que o Pykobjê-Gavião seja tomado como um dialeto Timbira.

Os Pykobjê-Gavião se autointitulam *Pycop catëë jë*, que significa “o povo de *Pycop*”. *Pycop*, provavelmente, faz referência à imagem mítica de uma deusa salvadora da cosmologia Timbira. Já o sufixo *jë* significa “meu povo, minha gente”. Esse sufixo parece ser o mesmo que serviu para designar a Família Jê, devido a sua recorrência em muitas outras línguas dessa mesma unidade filogenética.

Atualmente, os Pykobjê-Gavião vivem a sudoeste do estado do Maranhão, na microrregião de Imperatriz, a cerca de 18 km da pequena cidade de Amarante (atualmente, pouco mais de 50% do município é apropriado por terras indígenas (TIs)). Os Pykobjê ocupam uma mesma extensão de TI, que, por sua vez, foi dividida em quatro aldeias: Governador, que é a mais antiga dentre todas; Riachinho; Rubiácea e Aldeia Nova, esta última fundada em janeiro de 2010. Segundo dados demográficos mais recentes da Fundação Nacional do Índio (Funai), com Posto Indígena (PIN) em Governador, a população Pykobjê é composta por cerca de 600 indígenas.

Os Pykobjê tiveram sua TI delimitada apenas em 1977, através do convênio Funai/Radam e, nessa ocasião, receberam 42 mil hectares. Como era de se esperar, esse espaço tem se mostrado cada vez mais insuficiente, basicamente porque a demarcação não foi feita de maneira projetada para atender às necessidades do povo indígena em questão. No espaço delimitado não há recursos naturais suficientes para manter o *modus vivendi* dos Pykobjê. Isso limita a produção de “cultura material” e dificulta a sobrevivência nas aldeias.⁴

Apesar desses problemas e de não se tratar de uma situação de contato recente (meados do século XIX), a língua é um ponto forte de manifestação cultural para esse povo. E a expressão numérica dessa constatação é que 100% dos Pykobjê continuam a aprender o Português apenas como segunda língua (L2), ao passo que o Pykobjê continua a ser a língua materna (L1) e de comunicação interpessoal dentro de todas as aldeias.

Quanto à mobilidade indígena, o mais comum é que os Pykobjê só deixem sua TI a fim de cursar ensino profissionalizante ou superior. No entanto, eles raramente perdem

2 Estamos usando a designação proposta por Rodrigues (2002). O autor (2002, p. 48) salienta, ainda, que os falantes da língua Apinajé também se consideram Timbira, apesar de sua língua ser estruturalmente mais próxima da dos Kayapó.

3 Estamos citando entre parênteses os trabalhos que julgamos mais relevantes para entender cada um dos dialetos citados. Certamente, há, em cada caso, outros estudos bastante úteis a serem apreciados. Especificamente sobre os Pykobjê-Gavião, vale ressaltar o trabalho de SILVA (2011).

4 Um bom exemplo da limitação de recursos naturais nas TIs Pykobjê está no fato de não haver sequer um rio dentro do território delimitado. A única fonte natural de água disponível é um açude, cuja produção de peixes é parca. As consequências disso não são apenas fome e desnutrição, mas também a restrição das atividades culturais mantenedoras do *ethos* Timbira.

o contato com suas aldeias. E, em geral, acabam retornando para casar e trabalhar em prol do grupo, sobretudo no segmento da educação.

Por outro lado, a mobilidade inter-aldeias é bastante intensa. Os Pykobjê não demonstram grande resistência em derrubar suas casas de uma aldeia para migrarem a outra. Isso é interessante de observar, uma vez que favorece a manutenção de uma unidade linguística. Com isso, concluímos essa breve consideração acerca do povo indígena Pykobjê-Gavião.

Análise tipológica e relações gramaticais: estudo de caso em Pykobjê-Gavião

Lehmann (1981), ao tratar da tipologia linguística, nos lembra que a necessidade de agrupar coisas a partir de características em comum não é algo novo. No campo da biologia, cita o trabalho de taxonomia botânica realizado por Linnaeus (1707-1778), como um exemplo dessa necessidade de organização por classes. No entanto, ressalta que o trabalho de um linguista não é exatamente igual ao de um botânico, uma vez que este profissional se basearia apenas na característica dos traços físicos evidentes, enquanto que o outro precisaria ir além, conhecer seu objeto de estudo a fundo, para ter sucesso em sua classificação tipológica. Seria, então, essencial a um linguista identificar princípios e padrões centrais, tais como a estrutura de frases simples (com ou sem núcleo verbal) e complexas (divididas em modificação e subordinação), além das relações gramaticais que se estabelecem entre as partes do discurso.

Assim como um botânico deve colher uma amostra ampla e variada para compor sua análise, um linguista também deve se preocupar em contrastar o maior número possível de línguas para realizar seus estudos tipológicos.

O que, segundo o autor, sustenta os estudos funcional-tipológicos é a percepção de que as línguas partilham propriedades internas comuns, o que explicaria a capacidade humana para aprender idiomas, aparentemente, muito diferentes entre si. A essas propriedades referentes ao conjunto completo das línguas humanas, Dik (1997) chama de *linguistic universals* (universais linguísticos). Para ele, os quatro principais universais podem ser distinguidos a partir de quatro traços, opostos em pares: *unconditional* (incondicional) vs *implicational* (implicativo) e *absolute* (absoluto) vs *statistical* (estatístico).

Os universais linguísticos chamados de *Type A* (Tipo A) são absolutos e incondicionais. Uma das afirmações que o autor cita como *Type A* é: “todas as línguas distinguem vogais e consoantes.”⁵ Há, também, os universais ditos *Type B* (Tipo B), que são incondicionais, como os *Type A*, mas estatísticos. Um exemplo apresentado como *Type B* é: “99% de todas as línguas têm duas ou mais vogais distintas.”⁶ Os universais *Type C* (Tipo C) são absolutos como os *Type A*, mas implicativos, como os *Type D* (Tipo D), que, por sua vez, são estatísticos como os denominados *Type B*. Os *Type C*, enquanto absolutos, partem de uma relação válida universalmente para, então, estabelecerem uma implicação do tipo “se X então Y”, que pode ser descrita como “ $X \rightarrow Y$ ”. Dik (1997) traz como exemplo ilustrativo de *Type C* tal afirmação universal implicativa absoluta: “se uma língua tem o fonema /m/, ela também tem o fonema /n/.”⁷ Por fim, o autor mostra que o *Type D* é o mais desafiador

5 Texto original (DIK, 1997, p. 28): “All languages distinguish vowels and consonants.”

6 Texto original (DIK, 1997, p. 28): “99% of all languages have two or more distinct vowels.”

7 Texto original (DIK, 1997, p. 29): “If a language has the phoneme /m/, it also has the phoneme /n/.”

dentre os quatro tipos de universais linguísticos, uma vez que leva o estudioso a lidar com um plano menos assertivo, de modo a alcançar tendências, em vez de resultados.

Estabelecer correspondentes dos quatro principais universais linguísticos em uma única língua demanda estudo metucioso não só dessa língua, mas do maior número possível de línguas. Os universais linguísticos são indispensáveis a uma análise porque contribuem para marcar a adequação tipológica que um M.NLU deve dispor. Mas nem sempre os estudiosos de línguas naturais perceberam a importância de se realizar um estudo com fronteiras mais amplas.

No campo das línguas naturais, Lehmann (1981) cita filósofos e linguistas que obtiveram menor êxito no trabalho de classificação linguística, por não observarem um rol mais amplo e/ou variado de línguas; são eles: Platão (427?-347 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.), Panini (século IV ou V a.C.) e Sibawayhi (século VIII d.C.). Acrescentaríamos, ainda, o caso da Gramática de Port-Royal (ARNAULD; LANCELOT, 2001), conhecida como *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondemens de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle* (Gramática geral e razoada contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural), que foi produzida no século XVII por dois “solitários” do mosteiro de Port-Royal de Champs, Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695). Apesar de essa gramática ter sido bastante citada no meio linguístico (MIT, Massachusetts Institute of Technology: Roman Jakobson, Noam Chomsky, dentre outros), ela expõe limitações ao levar em conta uma quantidade baixa e não difusa de línguas (baixa difusão areal, concentração nas principais línguas faladas na Europa).

Lehmann (1981) aponta, também, que, ainda no século XVII, essa limitação linguística não só foi percebida como evitada com sucesso por filósofos como Leibnitz (1646-1716) e linguistas como Adelung (1732-1806).

Mais adiante, Lehmann (1981), assim como Schachter (2007), afirma que a análise tipológica, para ser bem-sucedida, além de tomar um número grande e variado de línguas, deve dar maior atenção ao nível da sintaxe em detrimento da morfologia,⁸ fonologia⁹ ou semântica, sabendo que a abordagem funcional entende a pragmática como o nível mais elevado:

O padrão sintático é tomado como mais central do que as características morfológicas porque regula e faz uso de formas variáveis (do mesmo vocábulo); [...] O padrão sintático é também mais relevante que o fonológico por regular processos fonológicos se as condições

8 August Wilhelm von Schlegel (1767-1845) foi um dos pioneiros da tipologia morfológica. Com base em suas pesquisas e na teoria evolucionista das espécies, August Schleicher (1821-1868), em 1863, publicou um estudo dividindo as línguas naturais em três tipos: (1) isolantes ou analíticas (ex. Chinês); (2) aglutinantes (ex. Turco); (3) flexionais ou fusionais (ex. Latim). Wilhelm von Humboldt (1767-1835) identificou um quarto tipo morfológico, as denominadas polissintéticas ou incorporantes (ex. Bella-Coola, Salishan). Lembrando que nenhuma língua corresponde, exclusivamente, a um dos tipos, o Pykobjê-Gavião se encaixaria como uma língua de tipologia morfológica predominantemente analítica ou isolante, com fortes traços aglutinantes.

9 Roman Jakobson (1896-1982) foi um dos nomes mais eminentes no estudo da tipologia aplicada ao nível fonético-fonológico. Para entender melhor essa temática, sugerimos a leitura do artigo “Estudos tipológicos e sua contribuição à linguística histórico-comparativa”. In: JAKOBSON, R. *Princípios de fonologia histórica*. Tradução de Wilmar R. D'Angelis. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008. p. 43-60.

são adequadas; [...] Além disso, os sentidos fundamentais são expressos pela sintaxe.¹⁰ (LEHMANN, 1981, p. 5, tradução nossa, parênteses nosso para elucidar o conteúdo recolhido ao longo do texto)

Greenberg (1963), apesar de inaugurar um marco nos estudos de tipologia linguística, também vem sendo criticado, dentre outras coisas,¹¹ por não ter tomado uma quantidade significativamente grande e variada de línguas naturais para apoiar suas previsões. Greenberg (1963) trabalhou com uma amostra de apenas 30 línguas, o que se mostrou insuficiente para suportar os “universais de Greenberg”.

Anos mais tarde, muitos linguistas se dispuseram a revisar e/ou ampliar o trabalho de Greenberg (1963).¹² Citaremos aqui a abordagem crítica apresentada por Dryer (1992). Este autor começou por aumentar a amostra de línguas naturais, de 30 para 625, distribuídas em seis grandes áreas geográficas (África, Eurásia, Sudeste da Ásia & Oceania, Austrália - Nova Guiné, Norte da América e Sul da América). Seu estudo de perspectiva funcional-quantitativa observou que as inadequações ao modelo de Greenberg (1963) são mais fortes no nível de NP (*Noun Phrase*), com atenção especial a determinantes e adjetivos.

Para mostrar que NP não exibe correlação necessária com a ordem canônica do objeto (dependente) e do verbo (núcleo), como os dados empíricos indicam, o autor propôs uma teoria chamada de BDT (*Branching Direction Theory*), que é oposta, por sua vez, à HDT (*Head-Dependent Theory*), nome dado por Dryer (1992) à teoria de Greenberg (1963). Enquanto a HDT afirma que há uma correlação direta entre núcleos e dependentes, que corresponde à ordem canônica de uma língua, em que ‘verbo padrão’ funciona como ‘núcleo’ e ‘objeto padrão’ como ‘dependente’; a BDT aposta no ordenamento consistente entre ‘elementos frasais’ (podem se ramificar) e ‘elementos não-frasais’ (não podem se ramificar).

Dryer (1992) trabalha com a perspectiva de pares ordenados, do tipo {X, Y}, em que ‘X’ atuaria como um ‘verbo padrão’ e ‘Y’ como um ‘objeto padrão’. O ‘verbo padrão’ (‘X’) é não frasal, lexical, ao passo que o ‘objeto padrão’ (‘Y’) é frasal. Sobre isso, Dryer explica:

Ou seja, uma parte dos elementos X e Y empregará a ordem XY significativamente com maior frequência entre as línguas VO do que entre as línguas OV se e somente se X é uma categoria não frasal e Y é uma categoria frasal.¹³ (DRYER, 1992, p. 89, tradução nossa)

Portanto, enquanto a HDT opõe “língua *head-final*” a “língua *head-initial*”, cuja previsão é que a ordem entre núcleo e dependente sempre seja mantida, a BDT estabelece

10 Texto original: “The syntactic pattern is taken as more central than morphological characteristics because it regulates and makes use of varying forms; [...] The syntactic pattern is also more significant than the phonological, regulating phonological processes when conditions are appropriate; [...] Moreover, fundamental meanings are expressed by the syntax;”

11 Payne (1997, p. 73, livre tradução) cita mais dois problemas que a tipologia proposta por Greenberg encontra na aplicação às línguas naturais: (1) dificuldade em identificar a ordem básica de constituintes para muitas línguas do mundo; (2) o fato de que a tipologia de Greenberg simplesmente assumiu que as línguas ordenam seus elementos nominais em acordo com as relações gramaticais de sujeito e objeto.

12 Payne (1997, p. 71-91) cita, dentre outros, os trabalhos de Doris Payne (1985), Matthew Dryer (1988), John Hawkins (1983, 1994) e Marianne Mithun (1987).

13 Texto original: “That is, a part of elements X and Y will employ the order XY significantly more often among VO languages than among OV languages if and only if X is a nonphrasal category and Y is a phrasal category.”

a relação entre “língua *right-branching*” e “língua *left-branching*”,¹⁴ que, por sua vez, está condicionada às características sintáticas de ‘X’ e ‘Y’, conforme discutido acima.

Um dos pressupostos da gramática funcional é entender a língua não como um objeto estático, mas suscetível às influências pragmáticas, de modo que se referir à ordem das palavras de uma língua não quer dizer que a língua sempre vai se manifestar daquela maneira, apenas significa que essa é sua “ordem básica”. Segundo Payne (1997), a ordem básica dos constituintes pode ser identificada em frases “pragmaticamente neutras” e que não sejam de tais tipos: relativas, de parágrafo inicial, introdutoras de participantes do discurso, interrogativas, negativas ou frases claramente contrastantes. Seguindo essas orientações, tomamos as seguintes frases do Pykobjê-Gavião:

- (1) xoore me rop **ngõr**
 raposa e onça dormirINTR¹⁵
 ‘A raposa e a onça dormiram’
- (2) cahỹj kõt ha **ãpraa** ẽjryry ny
 mulher ser.alta/alta IRR¹⁶ acordarINTR cedo PT¹⁷
 ‘A mulher alta acordará cedo’
- (3) copy - te cõ **japrõ**
 menina-ERG¹⁸ água comprar
 ‘A menina comprou água’
- (4) copy - te ẽncreere - mỹ cõ **jõor**
 menina-ERG criança-BEN¹⁹ água dar
 ‘A menina deu água para a criança’

Dentro da classificação de Payne (1997), que distingue as línguas em “línguas com ordem ‘rígida’ de constituintes” e “línguas com ordem ‘flexível’ de constituintes”, vamos manter a notação de Greenberg, isto é, usar a sigla ‘S’ para ‘sujeito’, ‘O’ para ‘objeto’ e ‘V’ para ‘verbo’, para apresentar essa discussão no Pykobjê-Gavião.²⁰ Evidentemente, seria necessário citar um rol muito maior de exemplos para chegarmos à conclusão, apresentada aqui, de que o Pykobjê-Gavião pode ser incluído no conjunto das “línguas com ordem ‘rígida’ de constituintes”, do tipo OV.

14 Consideramos adequadas as seguintes traduções: “língua *head-final*” = língua de núcleo final, “língua *head-initial*” = língua de núcleo inicial, “língua *right-branching*” = língua com ramificação à direita e “língua *left-branching*” = língua com ramificação à esquerda.

15 INTR: abreviatura para indicar verbo monoargumental, ou seja, intransitivo.

16 IRR: abreviatura para modo *irrealis*.

17 PT: abreviatura para posição indicadora de tempo.

18 ERG: abreviatura para marca de ergatividade. A ergatividade do Pykobjê-Gavião é cindida e restrita a tempo/aspecto passado.

19 BEN: abreviatura para marcar o benefactivo, que, por sua vez, é homófono à marca de dativo do Pykobjê-Gavião.

20 Payne (1997, p. 75) propõe uma nova classificação, baseada no estudo dos “papéis semântico-sintáticos” de Dixon (1979) e Comrie (1981), em que S é ‘sujeito de verbo intransitivo’, A é ‘sujeito de verbo transitivo’ e P é ‘objeto de verbo transitivo’. Essa distinção não altera a discussão proposta por Dryer (1992), mas será importante para entender algumas relações gramaticais que se estabelecem no Pykobjê-Gavião, tais como a ergatividade.

Em todas as frases disponíveis marcamos o verbo e podemos observar, em (3) e (4), que todos os NPs antecedem o verbo, de modo que não fica difícil levantar a hipótese de se tratar de uma língua de verbo final.²¹ O exemplo em (2), contudo, pode trazer dúvidas, mas ao ser comparado com (1), que também utiliza um verbo intransitivo, percebemos que em (2) o que vem depois do verbo não é seu argumento, mas apenas um satélite ou elemento acessório. Desse modo, o único argumento que o verbo *ãpraa* exige é preenchido em sua teia argumentativa pelo NP *cahỹj köt*, de modo similar ao que vemos com maior clareza no exemplo (1). Em (1) o único argumento do predicador verbal é *xoore me rop*.

Segundo Payne (1997), ao considerar a tipologia proposta por Greenberg (1963), pode-se observar que as línguas de tipo VO tendem a desviar mais das predições do que as línguas OV. Payne (1997) diz que todas as línguas naturais rígidas podem se encaixar em um dos três critérios: *very consistent* (muito consistente, ex.: Japonês), *fairly consistent* (razoavelmente consistente, ex.: Inglês) ou *inconsistent* (inconsistente, ex.: Yagua), de acordo com o grau de discordância com as predições de Greenberg (1963). Tendo isso em vista, o Pykobjê-Gavião não poderia ser considerado uma língua *very consistent*, como o Japonês, porque o ordenamento dentro de NP é flexível em relação aos modificadores que podem acompanhar o núcleo nominal em uma frase simples. Para Greenberg (1963), dentro de NP, o substantivo é o núcleo, de modo que a ordem prevista para o Pykobjê-Gavião (ou qualquer outra língua OV) seria: adjetivo atributivo-substantivo, numeral-substantivo, marca de posse-substantivo, e assim por diante. No entanto, o que vemos é:

- (5) e'no'ny **hõmre** **prëre** ngõr pex
 PAS/LEX²² homem ser.baixo/baixo dormirINTR bemADV²³
 'Ontem o homem baixo dormiu bem'
- (6) ẽj - te **hỹj** **xwa'** **petxet** cor
 IPD-ERG laranja ser.azedada/azedada umNUM²⁴ comer
 'Eu comi uma laranja azedada'
- (7) aa - te **hỹj** **petxet** cor
 2PD²⁵-ERG laranja umNUM comer
 'Você comeu uma laranja'
- (8) **h-õxëë** **ẽj-kry** pỹr
 PR²⁶-mãe 1PD-cabeça beijar
 'A mãe dele beijou minha cabeça'

Nas frases (5: *hõmre prëre*) e (6: *hỹj xwa'*), vemos que a ordem verificada é substantivo-adjetivo atributivo. Em (7: *hỹj petxet*) podemos observar que o substantivo antecede

21 Ribeiro (2006, p. 422) mostra que a ordem de verbo final se mantém na maioria das línguas pertencentes ao Tronco Macro-Jê. Para saber mais sobre as características sintáticas mais comuns das línguas do Tronco Macro-Jê, sugerimos a leitura de Rodrigues (1999).

22 PAS/LEX: abreviatura para passado dêítico.

23 ADV: abreviatura para indicar membro da classe adverbial.

24 NUM: abreviatura para indicar membro da classe numeral.

25 PD: abreviatura para indicar pronome dependente. O Pykobjê-Gavião apresenta três tipos de pronomes pessoais, que são: Pronomes Dependentes ou Forma Presa (PD), Pronomes Independentes ou Forma Livre (PI) e Pronomes Enfáticos (PE).

26 PR: abreviatura para prefixo relacional.

o numeral, evidenciando a ordem substantivo-numeral. Por fim, em (8) a predição de Greenberg se confirma em dois casos. O primeiro deles (8: h-õxëë) envolve prefixo relacional (PR) e mostra que a sequência é prefixo relacional-substantivo. O segundo ponto interessante para o estudo de NP, (8: ëj-kry) trata da marca de posse (nomes inalienavelmente possuídos) e também aponta substantivo em posição final, isto é, marca de posse-substantivo. Em vista disso, podemos afirmar que, dentro de NP, as predições de Greenberg (HDT) não dão conta de explicar os dados. Por isso, julgamos relevante retomarmos a proposta de Dryer (1992), a BDT, já apresentada acima.

Ao olharmos para a BDT, observamos que ela consegue explicar esses dois casos que, aparentemente, não correspondem à regra do ordenamento linguístico, através da seguinte lógica: se adjetivo e numeral aparecem em posição final em uma língua *left-branching*, como o Pykobjê-Gavião, isso ocorre porque nesses dois casos o substantivo funciona como ‘objeto padrão’ (‘Y’), ao passo que adjetivo e numeral funcionam como ‘verbo padrão’ (‘X’). Desse modo, percebemos que o ordenamento se mantém através do par {Y, X}, o mesmo de qualquer outra língua de tipo *left-branching*.

A BDT, ao contrário da HDT, não só resolve o problema dentro de NP, mas também nos deixa pistas de que, no Pykobjê-Gavião, adjetivos e numerais podem estar associados em outros contextos que não NP ao padrão sintático verbal. Isso deve ser tomado apenas como uma pista e não como um fato, já que tanto adjetivo quanto numeral são itens bastante flexíveis nas mais distintas línguas. Em Português (língua majoritariamente *right-branching*),²⁷ por exemplo, com relação ao adjetivo e ao numeral, encontramos usos como os indicados abaixo:

- (9) A **garota bonita** dormiu cedo
- (10) ?? A **bonita garota** dormiu cedo²⁸
- (11) Uma **mulher grande** passou por mim
- (12) Uma **grande mulher** passou por mim
- (13) Deus criou o mundo em **sete dias**
- (14) Minha consulta médica será **dia sete**

27 O Português pode ser considerado uma língua *right-branching* de tipo SVO, como podemos entender a partir das frases dadas abaixo, em que V está em negrito, S sublinhado e O em itálico:

Frases intransitivas (ordem básica, SV): *O gato **morreu**.* / *Às sete horas da manhã, a mulher **partirá**.*

Frases transitivas (ordem básica, SVO): *João ama **Maria**.* / *O cão comeu **ração**.*

Frase bitransitiva (ordem básica, SVOO): *A mulher **deu** *sua camiseta ao Pedro.**

Para saber mais sobre a análise tipológica do Português Brasileiro, sugerimos a leitura de Oliveira (1989).

28 Por ?? queremos dizer que tal frase não costuma ser produzida pela maior parte da comunidade de fala, ainda que possa ser entendida com o auxílio de fatores pragmáticos. Utilizaremos * para dizer que tal frase não faz parte do uso difundido pela maioria da comunidade de fala, o que não quer dizer que a mesma seja totalmente inconcebível ou ininteligível, devido a restrições de qualquer espécie.

Em Inglês, que também é uma língua majoritariamente *right-branching*,²⁹ a ordem básica do adjetivo e do numeral também contraria a predição de Greenberg (1963), e, embora dentro de NP esses dois elementos sejam não-frasais ('X'), nos demais contextos, não há evidências de que ambos ocupem a posição de 'Y', conforme observamos a partir das frases dadas abaixo:

(15) That **beautiful girl** saw me at the club
'Aquele garota bonita me viu no clube'

(16) She looks **beautiful** tonight
'Ela está bonita esta noite'

(17) *She **beautifuls** tonight

(18) I have **two childs**
'Eu tenho dois filhos'

(19) *I **two** childs

A partir do que foi exposto acima, podemos entender que a ordem das palavras é uma propriedade universal importante para se entender as relações que se estabelecem em dada língua natural, mas não é a única que se deve observar. Givón (1997), ao retomar criticamente as pesquisas de Anderson (1976)³⁰ e Keenan (1975; 1976)³¹ ambos citados em Givón (1997), esclarece-nos acerca das demais relações gramaticais (doravante GR, seguindo a sigla usada por Givón (1997) e Payne (1997), em referência ao termo em inglês, *grammatical relation*), que devem ser levadas em consideração ao longo de uma análise linguística.

Sobre as GRs, Payne (1997) deixa claro que elas não podem ser diretamente derivadas da semântica, uma vez que papéis semânticos particulares podem ser expressos por muitas e diferentes GRs; tampouco, derivariam imediatamente do nível pragmático, com risco de a análise apoiar generalizações simplistas e não comprováveis no rol de todas

29 O Inglês pode ser considerado uma língua *right-branching* de tipo SVO, como podemos entender a partir das frases dadas abaixo, em que V está em negrito, S sublinhado e O em itálico:

Frases intransitivas (ordem básica, SV): The child **cried** – A criança chorou. / At seven a.m., the girl will **leave** – As sete da manhã, a garota partirá.

Frases transitivas (ordem básica, SVO): John **loves** *Mary* - João ama Maria. / The dog **ate** *feed* - O cão comeu ração.

Frase bitransitiva (ordem básica, SVOO): The woman **gave** *her shirt to Pedro* - A mulher deu sua camiseta ao Pedro.

Para saber mais sobre a análise tipológica do Inglês Padrão, sugerimos a leitura de Lehmann (1981), que propõe uma ordenação tipológica a partir do arranjo entre objeto e verbo; e o texto "Right-branching in English derivational morphology", de T. Berg In: *English language and linguistics*, 7, p. 279-307. Disponível (com custos) em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=185173>. Acesso em: 04 jun. 2011.

30 ANDERSON, S. R. On the notion of subject in ergative languages. In: LI, C. N. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 1-24.

31 KEENAN, E. Some universals of passive in relational grammar. In: *CLS II*. Chicago: University of Chicago. Chicago Linguistics Society, 1975, p. 340-352.

_____. Toward a universal definition of 'subject'. In: LI, C. N. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 303-333.

as línguas naturais, como a que propõe que a categoria “sujeito” seria a manifestação do estatuto pragmático denominado “tópico”. A percepção do autor é de que as GRs são universais, apesar de os linguistas ainda não saberem por que elas existem e/ou por quais fatores são imediatamente regidas, conforme apresentado abaixo:

GRs provaram ser úteis aos linguistas durante séculos, embora tenha havido muita discussão e pouco consenso quanto o motivo por que devem existir. Elas parecem algo natural, uma vez que as línguas, de fato, as possuem, mas seu estatuto funcional na língua tem sido algo difícil de explicar satisfatoriamente. (PAYNE, 1997, p. 131, tradução nossa)³²

Em uma tentativa de mapear as relações gramaticais que se estabelecem nas línguas naturais, Keenan (1975 apud GIVÓN, 1997) traz a proposta de que as categorias gramaticais devem ser determinadas não por um traço, mas a partir de um conjunto de traços. O primeiro *insight* que Keenan (1975 apud GIVÓN, 1997) torna público diz respeito ao comportamento dos sujeitos gramaticais.³³ Segundo ele, haveria três propriedades de codificação aberta (*overt coding properties*), que, por sua vez, se manifestariam ao longo de uma hierarquia implicativa (correspondente ao universal de *Type C* proposto por DIK, 1997), são elas:

- (a) ordem de palavras (*word order*);
- (b) concordância verbal (*verb agreement*);
- (c) morfologia nominal de caso (*nominal case morphology*).

De acordo com Keenan (1975, apud GIVÓN, 1997, p. 5, tradução nossa), a distribuição dessas propriedades deveria ocorrer da seguinte forma: “Línguas que têm (c) tendem a ter também (b); aquelas que têm (b) tendem a ter também (a), mas não vice-versa”.³⁴

Em um segundo trabalho, Keenan (1976 apud GIVÓN, 1997) amplia sua proposta e sugere que, na verdade, haveria dois macro-grupos de propriedades interagindo na abordagem do comportamento de sujeito gramatical: propriedades funcionais e propriedades formais. Por funcionais, Keenan (1976 apud GIVÓN, 1997) aponta seis propriedades:

- (a) existência independente (*independent existence*);
- (b) indispensabilidade (*indispensability*);
- (c) referência absoluta, pressuposta ou independente (*absolute, presupposed or persistent reference*);
- (d) definitude (*definiteness*);
- (e) topicalidade (*topicality*);
- (f) agentividade (*agentivity*).

32 Texto original: “GRs have proven useful to linguists for centuries, even though there has been much debate and little agreement as why they should exist. They seem natural because languages do have them, but their functional status in language has been difficult to explain satisfactorily.”

33 Keenan (1975 apud GIVÓN, 1997), assim como Givón (1995, 1997 e 2001), aposta na noção de protótipos. Segundo Keenan (1975 apud GIVÓN, 1997), os sujeitos de frases “básicas” (em oposição às frases “não-básicas”) seriam os mais protótipos de uma língua, por isso, uma análise que deseje entender as relações gramaticais deve partir de frases ditas simples e não complexas.

34 Texto original: “Languages that have (c) tend to also have (b); those that have (b) tend to also have (a); but not vice versa.”

Givón (1997) contesta a propriedade (f), argumentando que nem todo sujeito é agente, e afirma que as demais propriedades poderiam ser reduzidas pela propriedade (e), topicalidade. Mas, lembrando Payne (1997), visto acima, outras propriedades devem compor as GRs.

Ao lado das propriedades funcionais, aparecem as formais, que tratam do comportamento que é governado por regras, em contextos sintáticos relevantes. Keenan (1976) divide as propriedades formais dos sujeitos gramaticais em dois grupos: propriedades de codificação aberta (retomadas de KEENAN, 1975, dispostas acima) e propriedades de comportamento e controle (*behavior-and-control properties*). Para Wierzbicka (1981 apud GIVÓN, 1997), os dois conjuntos de propriedades formais propostos em Keenan (1976) para os sujeitos gramaticais, não só podem como devem ser estendidos para as relações gramaticais em geral.

Givón (1997), então, oferece-nos um conjunto composto por dez propriedades que poderiam dar conta das línguas naturais. Ele ressalta, contudo, que é comum que, dentre as diversas línguas, as regras variem seus contextos de aplicação, de modo que as dez propriedades apresentadas serviriam apenas como pistas para compreender as relações que se estabelecem entre sujeito e objetos. As dez propriedades de comportamento e controle, dadas por Givón (1997, p. 08), são:

- (a) promoção a objeto direto (*promotion to direct object*);
- (b) rebaixamento do objeto direto, antipassiva (*demotion from direct object, antipassive*);
- (c) passivização (*passivization*);
- (d) reflexivização (*reflexivization*);
- (e) causativização (*causativization*);
- (f) referência equi-NP em relação de complemento (*equi-NP reference in complementation*);
- (g) elevação (*raising*);
- (h) promoção do possuidor (*possessor promotion*);
- (i) correferência anafórica em frases encaixadas (*anaphoric co-reference in chained clauses*);
- (j) correferência em relativas, questão WH, frases clivadas e frases com particípio (*co-reference in relativization, WH-questions, cleft constructions and participial clauses*).

Como podemos concluir, as propriedades funcionais estão relacionadas intimamente com o nível pragmático, que, segundo as correntes funcionalistas da linguagem, é o mais abrangente e universal. Tomando as propriedades formais, observamos que as propriedades de codificação aberta são prototipicamente aplicadas às frases simples, ao passo que as propriedades de comportamento e controle se referem às frases complexas de uma língua. Retomando a questão dos universais gramaticais e cognitivos, Anderson (1976) propõe que as propriedades de comportamento e controle são mais universais do que as de codificação aberta, de modo que a ordem proposta por ele seria a seguinte (quadro baseado em GIVÓN, 1997, p. 29):

-
- (a) propriedades funcionais;
 - (b) propriedades formais de comportamento e controle;
 - (c) propriedades formais de codificação aberta (ordem de palavras > concordância gramatical > marcação nominal de caso).
-

menos universal

Contudo Givón (1997, p. 44) levanta três fatores que colocam essa proposta em dúvida. Do ponto de vista da aquisição, lembra-nos de que a sintaxe de frases complexas é tardiamente adquirida pela criança; do ponto de vista do uso, afirma que as frases complexas são pouco frequentes (razão de 1:10); e não deixa de retomar o fato de que processos controlados pela sintaxe em frases complexas são muito menos comuns do que processos controlados pela sintaxe em frases simples. Portanto sua sugestão é que as propriedades de codificação aberta seriam, naturalmente, mais universais do que as propriedades de comportamento e controle. De modo que o quadro dado acima ficaria da seguinte forma: (a) > (c) > (b).

Neste artigo, detemo-nos nas frases simples, relegando as propriedades de comportamento e controle a estudos futuros. No que diz respeito às propriedades de codificação aberta, retomando a hierarquia implicativa apresentada por Keenan (1975 apud GIVÓN, 1997, p. 5),³⁵ devemos lembrar que já discutimos brevemente a ordem das palavras em Pykobjê-Gavião, mostrando que, nesse dialeto Timbira, a ordem básica e relativamente rígida é SOV.³⁶ Sobre a propriedade (b), em Pykobjê-Gavião, não encontramos qualquer marca morfológica que estabelecesse concordância gramatical. Mas sobre (c), observamos, ao estudar a classe das partículas, que há morfologia nominal de caso, em que {te} serve para indicar Caso ergativo e {mỹ} para indicar Caso dativo. Essas partículas estão distribuídas em relação semântica complementar na posição de sujeito gramatical.

Em Pykobjê-Gavião, o Caso ergativo é marcado pela partícula {te}. Isso significa que há um sistema ergativo-absolutivo,³⁷ manifestado na língua em análise.³⁸ Sobre o sistema ergativo-absolutivo, Payne explica:

35 Retomamos os correspondentes vistos acima:

- (a) ordem de palavras (*word order*);
- (b) concordância verbal (*verb agreement*);
- (c) morfologia nominal de caso (*nominal case morphology*).

36 Levando em conta os papéis semântico-sintáticos, para verbos intransitivos, teríamos a ordem SV, e para verbos transitivos, APV.

37 Uma definição básica e útil para sistema ergativo-absolutivo, tomada a partir dos textos citados, seria que, morfossintaticamente, A se opõe a S e P.

38 Givón (1997) e Payne (1997) apontam para a questão de que, dificilmente, uma língua corresponderá 100% ao sistema ergativo-absolutivo ou 100% ao sistema nominativo-acusativo, dessa forma, explicam que para determinar se a ergatividade verificada em uma língua é um caso de ergatividade profunda (*deep ergativity*) ou de ergatividade superficial (*shallow ergativity*) vários contextos devem ser levados em consideração na análise (inclusive frases não-básicas). Não temos a ambição de dar conta deste grau de análise no presente artigo. Aos interessados em tal discussão no Timbira, sugerimos Alves (2005) e demais trabalhos relacionados desta mesma pesquisadora.

Se qualquer caso morfológico marca A sozinho ele pode ser chamado de **caso ergativo**. Similarmente, qualquer caso morfológico que marca tanto A quanto P pode ser denominado de **caso absolutivo**.³⁹ (1997, p. 135, tradução nossa)

A ergatividade do Pykobjê-Gavião não é plena, pois apresenta cisão baseada em tempo-aspecto (*split ergativity based on tense-aspect*). Nesse dialeto Timbira, o sistema ergativo-absolutivo ocorre apenas no tempo passado, o que, segundo DeLancey (1982, apud PAYNE, 1997), trata-se de um universal patente a tal tipo de cisão. Devemos observar, ainda, que, no tempo passado, a partícula {te} distribui-se em relação complementar com a partícula que marca Caso dativo, {mỹ}, conforme vemos nos exemplos abaixo:

(20) E'no'ny co-te a'tor coran
ontem 3PD-ERG lambu matar
'Ontem ele matou o lambu'

(21) Mam co-mỹ cõ xẽ
antes 3PD-DAT água gostar
'Antigamente ele gostava de água'

Com isso, finalizamos a presente discussão acerca da tipologia das relações gramaticais e ordem de constituintes do Pykobjê-Gavião.

Algumas considerações

O intuito principal desse artigo foi tratar da tipologia das relações gramaticais e ordem de constituintes, tomando como variedade linguística de análise o dialeto Timbira conhecido como Pykobjê-Gavião e, dentre outros, os seguintes referenciais teóricos: Greenberg (1963), Dryer (1992) e Payne (1997). Observamos que o Pykobjê-Gavião deixa entrever uma ordem básica do tipo OV, e possui uma ordenação de constituintes *fairly consistent* (razoavelmente consistente). Todavia o Pykobjê-Gavião não poderia ser considerado uma língua *very consistent* (muito consistente), como o é o Japonês, porque o ordenamento dentro de NP (*Noun Phrase*) é flexível em relação aos modificadores que podem acompanhar o núcleo nominal em uma sentença simples (sem subordinativas), pertencentes às seguintes classes de palavras: adjetivos atributivos (N-Adj), numerais (Num-N), marca de genitivo (nomes inalienavelmente possuídos: Gen+N) e prefixos relacionais (PR+N).

Para mostrar que NP não exibe qualquer correlação com a ordem do objeto e do verbo, como os dados empíricos comprovam, Dryer (1992) propôs uma teoria chamada BDT (*Branching Direction Theory*), oposta, por sua vez, à HDT (*Head-Dependent Theory*), de Greenberg (1963). A HDT afirma que há uma correlação entre núcleos e dependentes, de modo que se a língua é do tipo OV, como é o caso do Pykobjê, então, a predição é que o ordenamento seja sempre do tipo dependente e núcleo. Já a BDT, aposta em uma ordenação consistente entre elementos frasais e não frasais. Tomando como língua de análise o Pykobjê-Gavião, observamos que a perspectiva abordada pela BDT, ao contrário da HDT, dá conta de explicar os dados obtidos em campo.

39 Texto original: "If any morphological case marks A alone it can be called the **ergative case**. Similarly, any morphological case that marks both S and P can be termed the **absolutive case**."

REFERÊNCIAS

ALVES, F. C. *O Timbira falado pelos Canela-Apãniekra: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. 2004. Tese. (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. A marcação de caso no Proto-Timbira. *Workshop sobre linguística histórica e línguas em contato – Línguas indígenas do Brasil e regiões adjacentes*. Brasília: UnB, 2005. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

AMADO, R. S. Aspectos morfofonológicos do Gavião-Pykobjê. 2004. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. 2. ed. Tradução de Bruno F. Bassetto; Henrique G. Murachco. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

COMRIE, B. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar – Part 1: The structure of the clause*. 2. ed. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DIXON, R. M. W. Ergativity. *Language*, [s/l], v. 55, p. 59-138, 1979.

DRYER, M. S. Object-verb order and adjective-noun order: dispelling a myth. *Lingua*, [s/l], v. 74, p. 185-217, 1988.

_____. The greenbergian word order correlations. *Language*, [s/l], v. 68, n. 1, p. 81-138, 1992.

FERREIRA, M. N. O. *Estudo morfossintático da língua Parkatejê*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GIVÓN, T. *Syntax, an introduction*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

_____. Grammatical relations: an introduction. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Grammatical relations, a functionalist perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1997. p. 01-84.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, J. H. (Ed.) *Universals of language*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1963. p. 73-113.

HAWKINS, J. *A performance theory of order and constituency*. New York: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Word order universals*. New York: Academic Press, 1983.

LEHMANN, W. P. The great underlying ground-plans. In: LEHMANN, W. P. *Syntactic typology: studies in the phenomenology of language*. 2. ed. Austin: University of Texas Press, 1981. p. 3-56. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/books/type00.html>>. Acesso em: 20/04/2011.

MITHUN, M. Is basic word order universal? In: TOMLIN, R (Ed). *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam e Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 281-328.

NIMUENDAJU, C. *The Eastern Timbira*. Berkeley and Los Angeles: University of California Publications in American Archeology and Ethnology, 1946. v. 41.

OLIVEIRA, D. P. *Constituintes sentenciais: preenchimento, queda e ordenação*. 1989. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PAYNE, D. Review of word order universals. *Language*, [s/l], v. 61, p. 462-466, 1985.

PAYNE, T. E. *Describing morphosyntax – a guide for field linguists*. New York: Cambridge University Press, 1997.

SOUZA, S. M. *A sintaxe de uma língua de verbo no final: Krahô*. 1997. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, E. R. Macro-Jê. In: BROWN, K. (Ed.) *Encyclopedia of language and linguistics*. v. 7. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2006. p. 422-426.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. Macro-Jê. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. (Eds.) *Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 165-206.

SCHACHTER, P. Parts-of-speech systems. In: SHOPEN, T. (Ed.) *Language Typology and Syntactic Description*. v. 1. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 1-60.

SILVA, T. R. *Descrição e análise morfossintática do nome e do verbo em Pykobjê-Gavião (Timbira)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.